

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO JANEIRO DE 2016



Judiciário cearense bate recorde na quantidade de ações encerradas. De 2014 para 2015, o aumento foi de 35%. Em números absolutos, o crescimento foi de mais de 125 mil processos

PÁGS. 6, 7 E 8

O MELHOR RESULTADO DESDE 2012

Há três anos o TJCE não realizava tantos leilões e partilhas. Foram 113 no ano passado, marca 25% maior do que a registrada em 2014

PÁG. 16

MARÇO CONTRA A VIOÊNCIA

Semana da Justiça pela Paz em Casa chega à quarta edição reforçando a proteção a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

PÁG. 5

MAIS ESPAÇO PRA CONCILIAÇÕES

Central do Fórum Clóvis Beviláqua ganha três novas salas para realizar audiências de conciliação. Medida segue tendência nacional

PÁG. 15

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Silvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thylliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Nadson Fernandes e Calvin Penna
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Nadson Fernandes, Freepick e Pixabay



www.tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



facebook.com/tjceoficial



twitter.com/tjcenoticias

Editorial

O 'Jornal do Judiciário' começa 2016 diferente do que foi em 2015. Terá publicação não mais a cada quadrimestre. Será mensal. E existirá somente no formato online. Mais um ato de responsabilidade socioambiental da gestão da desembargadora Iracema Vale.

Ao invés de utilizar milhares de folhas nas impressões, o Judiciário cearense vai poupar recursos, desestimular o uso de papel e dar exemplo a outras cortes judiciais. Economizará também o que gastaria com o envio do material por Correios.

Agora, o 'JJ' será encaminhado somente por e-mail a todas as autoridades cearenses, jornais, emissoras de televisão e rádio, assessorias, fóruns, varas, juizados especiais e a quem mais estiver disposto a acompanhar o dia-a-dia de um sistema de Justiça determinado a ser cada vez melhor para quem dele precisa. Basta entrar em contato conosco. O jornal também poderá ser lido (e baixado) na seção Imprensa do site do TJCE na Internet, além de disponibilizado nas redes sociais do tribunal.

No primeiro número deste novo formato, nós trazemos em destaque a dimensão do trabalho dos servidores do TJCE para reduzir a quantidade de processos em tramitação no Ceará. Mais de 475 mil causas foram eliminadas só no ano passado. Isso daria para encher sete estádios de futebol com a mesma capacidade da Arena Castelão, em Fortaleza. É muita coisa!

Você também ficará por dentro da atuação das câmaras criminais e cíveis do TJCE, da próxima edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, da escolha dos 125 membros dos júris populares de Fortaleza, da ampliação da estrutura de conciliação do Fórum da Capital, do recorde na realização de leilões e partilhas e da emissão de autorizações de viagens.

Fique por dentro do que acontece na Justiça do Ceará. A gente entrega pra você tudo bem explicadinho. Boa leitura.

Silvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

JUSTIÇA ABERTA E TRANSPARENTE

Criado para facilitar o acesso dos cidadãos a informações do Judiciário, o sistema Justiça Aberta agora terá sua atualização acompanhada de perto por juízes que atuam no interior do Ceará. Um ofício expedido pela Corregedoria Geral da Justiça recomenda isso aos magistrados. A atualização dos dados de arrecadação e produtividade é semestral e obrigatória.

Com o Justiça Aberta, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quer agilizar para o cidadão comum a localização de informações sobre varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço da Justiça brasileira e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais.

O sistema facilita esse acesso porque tem um banco de dados que o simplifica e é gerenciado pela Corregedoria Nacional de Justiça. Conforme a Corregedoria cearense, a atualização dos dados por aqui deve acontecer até o dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

E mais: as serventias sem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) devem providenciar a imediata regularização para poderem inserir os dados, bem como os cadastros de eventuais unidades interligadas que estão conectadas às unidades de saúde e serviços de registro civil.

A Corregedoria cearense considerou o Provimento nº 24/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamenta datas limite para a alimentação de dados pelos magistrados, cartórios e serviços notariais e de registro no sistema Justiça Aberta.

INSPEÇÕES EM CARTÓRIOS

Outra determinação da Corregedoria Geral da Justiça cearense que terá impacto no aprimoramento de serviços é a de que, a partir de agora, juízes corregedores permanentes realizem inspeções extrajudiciais anuais nos cartórios do Ceará. Pretende-se com isso melhorar o serviço notarial e registral no Estado.

A inspeção deverá ocorrer entre fevereiro e outubro, será estabelecida por meio de portaria e as atividades deverão ser comunicadas ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva.

Durante a fiscalização, o juiz observará se os responsáveis pelos cartórios informam integralmente os atos praticados no sistema do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju) e se recolhem, nos prazos, os valores declarados ao Fundo.

Também devem observar se existem serventias vagas, se houve a comunicação da vacância à Presidência do TJCE e à Corregedoria, e se o responsável interino preenche e envia mensalmente o balanço financeiro à Divisão de Arrecadação do Tribunal.

Os trabalhos devem durar no máximo dois meses. Se o magistrado constatar irregularidades nos serviços extrajudiciais deverá promover apuração imediata no intuito de assegurar o funcionamento do serviço e registrar a responsabilidade do titular do cartório.

Por favor, olhe seu e-mail!



Passa a ser obrigação neste ano no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, promotores de Justiça e defensores públicos receberem intimações por meio eletrônico. A medida vale para profissionais das Varas Criminais, de Audiência de Custódia, Júri, Trânsito, Execuções Fiscais e Penais, Penas Alternativas, Habeas Corpus e Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher, com processos que tramitam no Sistema de Automação Judicial de Primeiro Grau (SAJPG).

A Diretoria do Fórum estabeleceu um calendário para a intimação eletrônica entrar em vigor

em cada especialidade judiciária. As varas criminais e de Custódia, por exemplo, começaram a atender à medida em 25 de janeiro. Nas varas do Júri, Trânsito, Juizado da Mulher e Execuções Penais, ela tem validade a partir de 1º de fevereiro. Já em 15 de fevereiro, as varas de Execuções Fiscais e Penas Alternativas serão as contempladas.

A utilização de qualquer outra modalidade de intimação está proibida, exceto em situação de urgência e/ou se o SAJPG estiver comprovadamente fora do ar. Com a ampliação do uso da mídia digital, a Comarca de Fortaleza vai dar

celeridade ao tráfego de documentos. A prática já é adotada nas varas da Fazenda Pública, de Família e de Delitos de Tráfico de Drogas.



Desembargador Lincoln Araújo

POLÍCIA

Outra determinação, desta vez da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, reforça a importância da tecnologia para acelerar os procedimentos do Judiciário. Agora, as comunicações policiais devem ser encaminhadas aos juízes plantonistas das comarcas do Interior do Estado através de e-mail institucional.

Essa nova conduta resultará em maior eficiência às comunicações porque alguns procedimentos estão

sendo remanejados para delegacias regionais, que se encontram distantes das comarcas onde se deu o delito.

A comunicação via eletrônica deve ocorrer quando não houver outro meio para proceder o envio de informações ou documentos em tempo hábil. O uso do e-mail não irá extinguir a necessidade da remessa dos autos, posteriormente, por meio físico para o juízo em que processará o feito.

Para expedir ofício tratando do novo método, o corregedor-geral, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, considerou o pedido da Delegacia Geral da Polícia do Ceará. A entidade solicitou o uso do e-mail como um veículo de comunicação ágil, além do correio eletrônico ser uma prática que vem sendo utilizada por outros órgãos, como a Justiça Federal e a Defensoria Pública da União.

CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA!

Já tem data para acontecer a quarta edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa do Judiciário cearense. Será entre os dias 7 e 11 de março deste ano, por promoção da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Todas as três mobilizações anteriores aconteceram em 2015 e beneficiaram centenas de mulheres vítimas de violência doméstica. Foram, ao todo, realizados 2.642 procedimentos judiciais em processos, promovendo, assim, maior atenção e celeridade aos casos.

Para a primeira força-tarefa deste ano, a Coordenadoria contará com a participação das comarcas da Capital e do Interior para designar pautas de audiências e agendamentos através do e-mail cemulher@tjce.jus.br.

A Semana da Justiça pela Paz em Casa acontece em âmbito nacional. Consiste em esforços concentrados de todos os Tribunais de Justiça brasileiros para julgar e movimentar processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher, além do crime de feminicídio.

AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

FÍSICA

Qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da vítima.

PSICOLÓGICA

Qualquer ação que cause dano emocional e diminuição da autoestima da vítima. Podem ser ameaças sutis, humilhações, uso dos filhos para fazer chantagem, isolamento dos amigos etc.

SEXUAL

Qualquer ato que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada. Também: impedir a vítima de usar métodos contraceptivos, forçar a mulher ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição etc.

PATRIMONIAL

Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais etc.

MORAL

Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

7 estádios (e meio) cheios de processos eliminados

O TJCE encerrou 475.634 ações judiciais em 2015. O índice supera com folga 2014 e projeta um horizonte otimista para 2016. Gestão individualizada de taxas, políticas de incentivo aos servidores, manual de procedimentos e mutirões são apontados como causas do resultado positivo

Se cada processo finalizado pela Justiça Estadual em 2015 fosse uma pessoa, o Judiciário cearense teria lotado a Arena Castelão sete vezes e meia. Um índice recorde e 35% maior do que o registrado no ano anterior, quando 350.071 causas receberam baixa. No mundo jurídico, a baixa processual corresponde ao encerramento da ação. Ocorre quando a causa é arquivada ou quando não cabe mais recurso a ela.

Em números absolutos, a diferença de um ano para o outro é de 125.563 processos encerrados, já que 2015 teve 475.634 finalizações processuais. “Isso é reflexo do empenho de servidores e magistrados. Mostra o quanto podemos melhorar mesmo em meio a um ano de conjuntura econômica tão delicada. Vamos continuar esse trabalho porque tornar o Judiciário mais ágil é um compromisso de gestão. Nossa expectativa é fechar 2016 numa situação ainda melhor”, sintetiza a presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale.

A gestão individualizada das taxas por unidade judiciária é apontada como importante medida para alcançar o resultado. “Ficou mais fácil a gente atuar nas unidades mais críticas, que realmente precisam de um apoio maior. Sem contar no incentivo do certificado, que considero uma meritocracia”, cita o secretário de Planejamento do TJCE, José Joaquim Neto Cisne.

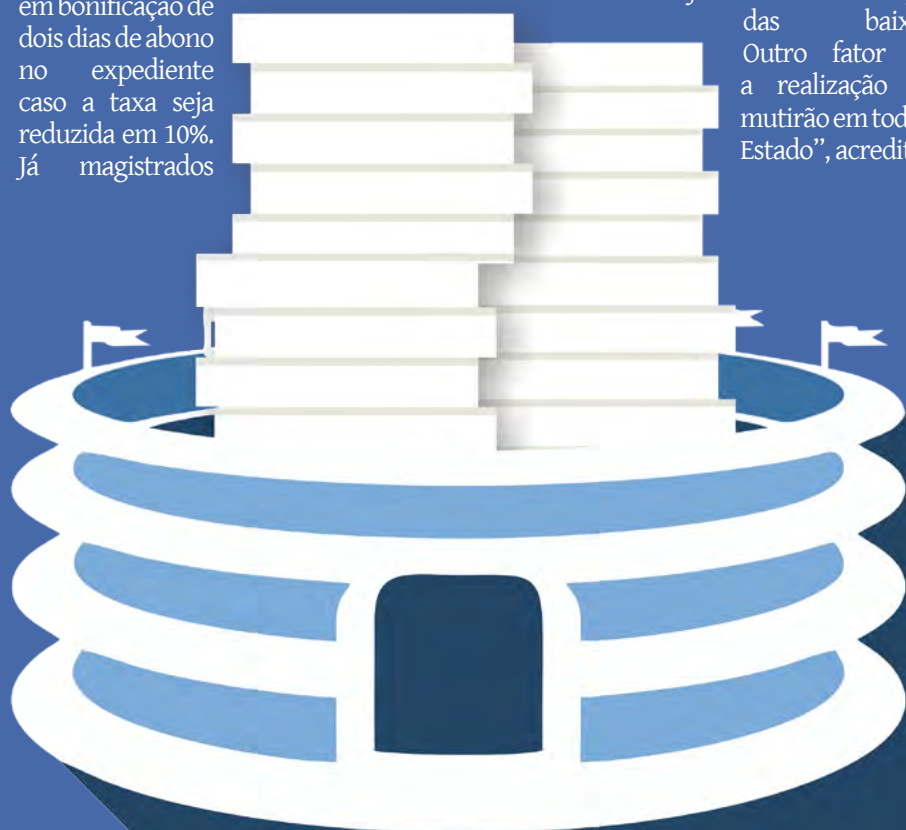
Essa certificação citada por Neto Cisne é uma forma de incentivar maior produtividade dos servidores. Ela é concedida às unidades que cumprirem metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e às varas que



atingirem a meta anual de redução da taxa de congestionamento. Para servidores, o certificado pode resultar em bonificação de dois dias de abono no expediente caso a taxa seja reduzida em 10%. Já magistrados

poderão utilizá-lo para efeito de promoção.

Diretora de Estatística do TJCE, Michelle Matos ressalta a criação do Manual de Procedimentos de Baixas Processuais como outra peça importante para o aumento de 35% nas finalizações. O documento está sendo adotado por todas as unidades. “Fizemos treinamentos nas zonas judiciárias e percebemos que os servidores entenderam melhor o assunto. Isso ajudou na aceleração das baixas. Outro fator foi a realização do mutirão em todo o Estado”, acredita.



DE 2014 PARA 2015

41%

menos taxa de congestionamento

Melhorou a efetividade do TJCE conforme os parâmetros do Conselho Nacional de Justiça. Ao longo de 2015, a taxa de congestionamento da Justiça Estadual cearense no Segundo Grau diminuiu 41,33%. Isso fez com que o índice caísse de 78,11% para 45,83%. Conforme o CNJ, a taxa de congestionamento é medida considerando o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base.

Para o secretário Judiciário do TJCE, Antônio Valdir de Almeida Filho, as 90 mil baixas processuais feitas pelos departamentos Cíveis e Penais do Tribunal foram

fundamentais nessa queda. “Realizamos um estudo dos processos antigos tramitando e em seguida foram publicadas as portarias determinando a baixa de processos que não estavam mais ativos. Foi feita uma espécie de ‘saneamento’”, diz.

No tocante a 2016, a expectativa é continuar esse trabalho de saneamento e trabalhar na migração das causas do Sistema Processual (SPROC) para o Sistema de Automação da Justiça (SAJ). “Vamos tentar acabar com os processos que tramitam no SPROC, inventariando, migrando e identificando onde o processo se encontra para sanear os dados”, indica.

NÚMEROS

475 MIL processos foram finalizados no Judiciário cearense em 2015

166 MIL ações foram movimentadas em 2015 só no Fórum Clóvis Beviláqua

11 MIL dessas ações foram julgadas

30 MIL dessas ações foram baixadas

11,8 MIL processos foram arquivados no Fórum Clóvis Beviláqua em 2015

78% ERA a taxa de congestionamento do TJCE em 2014

45% FOI a taxa de congestionamento do TJCE em 2015

41% foi a redução de congestionamento do TJCE de um ano para o outro

55 SERVIDORES atuam no Garc

19 MUNICÍPIOS foram beneficiados pelo trabalho do Grupo de Descongestionamento do Interior em 2015

FORTALEZA

166 mil movimentações e **12 mil** arquivamentos

Na maior comarca do Ceará, os trabalhos são intensos para dar mais agilidade à Justiça. Em apenas dez meses de 2015, de março a dezembro, o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza (Garc) movimentou 166.579 processos de varas e julgados.

Desse total, 11.281 causas foram julgadas e outras 30.229 foram arquivadas, não havia chance de recurso ou foram remetidas à instância superior (o TJCE) em grau de apelação ou a outro tribunal. Somente na área cível, foram baixados 24.256 processos. Os julgados 8.814. Já na área criminal foram 5.973 ações baixadas e 2.467 julgadas.

Os mutirões processuais são causa de boa parte desse sucesso. Coordenadora do Garc, a juíza Adayde Monteiro Pimentel adianta os planos para 2016: “baixar mais de 13 mil processos em um mês é muito bom, mas eu quero mais.”

Na Seção de Arquivo do Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais do Fórum Clóvis Beviláqua (Despajud), o ritmo foi intenso para dar conta de quase 12 mil processos em 2015. A maioria das 11.884 ações arquivadas ano passado já tiveram trâmites concluídos nas varas ou têm alguma pendência para serem finalizadas.

Outro trabalho executado no setor é a digitalização de processos físicos. Foram 2.698 no ano passado. Implantado em agosto de 2014, atualmente o serviço é dirigido às varas de Fazenda Pública e de Família. “A digitalização dos processos é importante porque garante que nenhuma parte deles se perca durante a tramitação e após o desarquivamento”, enfatiza a chefe da seção, Sandra Ester Aguiar de Goes.

No Interior, quase 12,5 mil processos mudam de status

Não só em Fortaleza concentram-se os esforços para dar celeridade ao sistema de justiça cearense. O Grupo de Descongestionamento do Interior movimentou 12.493 processos ao longo de 2015. Um número considerado muito bom pelo supervisor do colegiado, desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto.

O balanço dos trabalhos do grupo revela que 11.663 ações foram julgadas e 758 despachos e 72 decisões foram proferidos em 19 municípios. “Foram 11 meses fazendo esse trabalho gratificante, onde ajudamos os municípios a descongestionar os processos”, resume o magistrado.

Sete juízes e sete servidores atuaram na força-tarefa. Eles foram designados para trabalhar nas comarcas com maior acervo processual, a partir de solicitação feita pelo juiz da vara.



DICIONÁRIO

Baixa processual

É o encerramento de uma ação. Ocorre quando a causa é arquivada ou quando é remetida à instância superior ou quando não cabe mais recurso (trânsito em julgado).

Segundo Grau

É o âmbito da Justiça Estadual referente ao Palácio da Justiça, onde atuam os desembargadores. É a instância máxima do Judiciário cearense.

SAIBA MAIS

O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza foi instituído em fevereiro de 2010. Ele existe para referendar uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A certificação das unidades e varas que alcancem metas do CNJ e de taxas de congestionamento acontece anualmente, sempre em janeiro.

Além das baixas processuais que reduziram a taxa de congestionamento, o TJCE também fez um trabalho de conscientização dos servidores sobre a importância de ser feito um controle maior das ações sem chance de recurso.

Além do arquivamento e digitalização de processos, a Seção de Arquivos do Fórum Clóvis Beviláqua faz ainda pesquisa e desarquivamento. No ano passado, 3.619 documentos foram resgatados. É um serviço muito utilizado por advogados que precisam de cópias de documentos arquivados junto a ações de família, por exemplo.

OS ESCOLHIDOS

Extraídos de quase 4.000 candidatos, 125 vão ser responsáveis pelo futuro de réus levados a julgamentos populares em Fortaleza. A escolha é feita anualmente

Eles foram pinçados dentre cerca de 4.000 candidatos. Se fosse um vestibular, teriam que derrubar 32 concorrentes para conquistarem uma vaga. Mas tudo dependeu tão somente da sorte.

Já estão definidos os 125 jurados que atuarão em julgamentos populares das cinco Varas do Júri de Fortaleza neste ano. O número é definido conforme a quantidade populacional da cidade.

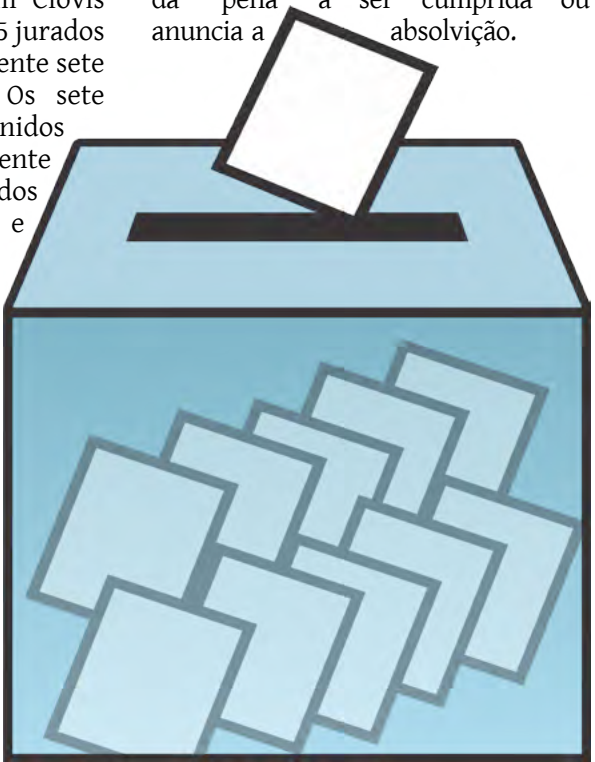
Cerca de 800 candidatos inscreveram-se por Vara. Os sorteios aconteceram durante sessão no 1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua. Cada Vara terá 25 jurados disponíveis, sendo que somente sete atuarão por julgamento. Os sete nomes também são definidos por sorteio e posteriormente submetidos à avaliação dos advogados de defesa e acusação.

A sessão foi aberta pelo diretor do Fórum, juiz José Maria dos Santos Sales. Os sorteios foram realizados pelos juízes Henrique Jorge Holanda Silveira (titular da 2ª Vara), Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho (titular da 4ª Vara) e Danielle Pontes de Arruda Pinheiro (titular da 1ª Vara).

Para Danielle Pontes, o sorteio possibilita aos inscritos condições

de exercer “o papel constitucional de ser jurado, cumprindo assim seu dever cívico”. Ela também ressaltou que “a renovação anual, além ser uma obrigação legal [lei nº 11.689/2008], evita a manutenção dos mesmos jurados.”

Quando sorteados para um julgamento, os jurados não podem ter contato entre si. Eles ouvem os argumentos da defesa e da acusação e respondem a um questionário onde opinam se o réu é culpado ou inocente. Com base no resultado, o juiz presidente da sessão define o tamanho da pena a ser cumprida ou anuncia a absolvição.



Síntese

Edson Gomes
Jornalista



edsongomes@tjce.jus.br

ÍCONE DA MAGISTRATURA



O desembargador aposentado José Maria de Melo faleceu no último dia 25 de dezembro, aos 79 anos. Ele dedicou 44 anos de vida à magistratura, onde exerceu cargos relevantes, como presidente e corregedor do Judiciário Estadual, presidente do TRE-CE, presidente da ACM e diretor da Esmec. Construiu dezenas de fóruns, entre eles o Fórum Clóvis Beviláqua, do qual também foi diretor. Não é inverdade afirmar que a história da Justiça cearense tem dois momentos: antes e depois de José Maria. Para ele, a frase: “Aquilo que fazemos em vida ecoa na eternidade.”

JUSTIÇA NUNCA PARA

Mesmo durante o recesso forense, desembargadores, juízes e servidores atuaram em escalas de plantão para atender à população. Somente no TJCE, 84 processos foram analisados de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

AGRADECEMOS

Aos juízes Antônio Washington Frota (da 2ª Vara de Camocim) e José Valdecy Braga de Sousa (da 1ª Vara de Massapê), que sempre colaboram com os trabalhos desta Assessoria de Comunicação enviando decisões judiciais para publicarmos.

“Se você pensa que pode ou sonha que pode, comece. Ousadia tem genialidade, poder e mágica.”

-Goethe

Uma ação após a outra!

Os colegiados da segunda instância da Justiça cearense trabalharam muito no ano passado! Foram quase 20 mil processos julgados. Demanda que requereu organização e agilidade dos grupos

As dez câmaras de julgamento do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tiveram um 2015 movimentado. O balanço de atividades desses grupos da segunda instância do Judiciário Estadual indica o julgamento de 19.389 processos durante todo o ano.

Considerados os encontros ordinários e extraordinários, 457 sessões de julgamento aconteceram em 2015 inteiro. Isso significa que a

média de processos julgados por cada vez que os magistrados estiveram juntos foi de 42.

Em números absolutos, a 2ª Câmara Criminal teve a maior quantidade de demanda. Foram 3.209 causas julgadas. Entretanto, se considerada a média de processos julgados por sessão, a 6ª Câmara Cível apresenta melhor produtividade. Foram 70 causas decididas por reunião,

enquanto a 2ª Câmara teve 68 por sessão.

As câmaras têm uma reunião ordinária por semana. Contudo, a depender da demanda, podem realizar sessões extraordinárias. Foi o que ocorreu na 1ª Criminal, 2ª Criminal, 2ª Cível e 6ª Cível em 2015.

Além de desembargadores, todas as câmaras contam com representantes do Ministério Público do Ceará (MP/CE).

SAIBA MAIS

-As sessões das câmaras do TJCE são abertas ao público. Qualquer pessoa pode acompanhá-las, independente de ter processo em tramitação.

-As varas de sucessões têm competência para julgar ações referentes à partilha de bens deixados por pessoa que morre para os herdeiros.

-São dois os tipos de processos mais comuns nessas varas: o inventário e o pedido de alvará. O primeiro envolve herança de bens imóveis, como casas, terrenos e outros. Já o pedido de alvará diz respeito a processos em que os valores são depositados em conta bancária.

-Para certidão online, acesse: www4.tjce.jus.br/siscertidao

-Demandas à Ouvidoria Geral do TJCE podem ser encaminhadas por telefone, e-mail ou pessoalmente. Os contatos são: (85) 3207.7428, ouvidoriageral@tjce.jus.br e Palácio da Justiça, no Cambeba, em Fortaleza..

OUTROS NÚMEROS DO JUDICIÁRIO

1.865
SENTENÇAS

FORAM PROFERIDAS PELAS CINCO VARAS DE SUCESSÕES DE FORTALEZA, SEGUNDO O DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

487
PROCESSOS

FORAM JULGADOS SÓ NA 2ª VARA DE SUCESSÕES, A MAIS PRODUTIVA

74,3 MIL
CERTIDÕES

CÍVEIS E DE ANTECEDENTES CRIMINAIS FORAM EXPEDIDAS PELO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM 2015

6.465
MANIFESTAÇÕES

FORAM RECEBIDAS PELA OUVIDORIA GERAL DO TJCE EM 2015

15
TONELADAS

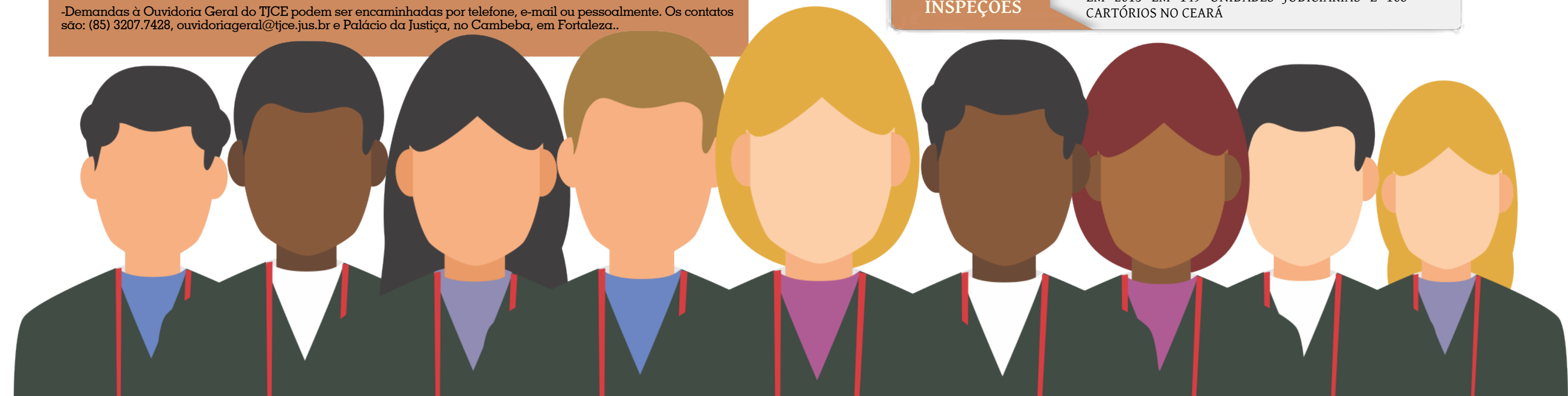
DE MATERIAL RECICLÁVEL FORAM DOADOS PELO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA À ASSOCIAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS EM 2015

14
VISITAS

FORAM FEITAS PELA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TJCE EM 2015 A CENTROS EDUCACIONAIS DE FORTALEZA NO INTUITO DE BUSCAR MELHORIAS PARA AS UNIDADES

317
INSPEÇÕES

FORAM FEITAS PELA CORREGEDORIA DA JUSTIÇA EM 2015 EM 149 UNIDADES JUDICIÁRIAS E 168 CARTÓRIOS NO CEARÁ



CONHEÇA AS CÂMARAS DO TJCE



**1ª
Cível**

Presidente: **Fernando Luiz Ximenes Rocha**
Processos julgados em 2015: 1.465
Sessões em 2015: 43
Média de processos por sessão: 34
Dia de reunião: 2ª, às 13h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7532 ou 7916



**2ª
Cível**

Presidente: **Maria Nailde Pinheiro Nogueira**
Processos julgados em 2015: 1.769
Sessões em 2015: 47
Média de processos por sessão: 37
Dia de reunião: 4ª, às 13h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7536 ou 7538



**3ª
Cível**

Presidente: **Antônio Abelardo Benevides Moraes**
Processos julgados em 2015: 2.072
Sessões em 2015: 43
Média de processos por sessão: 48
Dia de reunião: 2ª, às 13h30min, no 1º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7544 ou 7546



**4ª
Cível**

Presidente: **Francisco Pedrosa Teixeira**
Processos julgados em 2015: 709
Sessões em 2015: 45
Média de processos por sessão: 15
Dia de reunião: 4ª, às 13h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7550 ou 7552



**5ª
Cível**

Presidente: **Francisco Barbosa Filho**
Processos julgados em 2015: 1.308
Sessões em 2015: 45
Média de processos por sessão: 29
Dia de reunião: 4ª, às 8h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7554



**6ª
Cível**

Presidente: **Sérgio Maria Mendonça Miranda**
Processos julgados em 2015: 3.041
Sessões em 2015: 43
Média de processos por sessão: 70
Dia de reunião: 4ª, às 8h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7558



**7ª
Cível**

Presidente: **Durval Aires Filho**
Processos julgados em 2015: 1.693
Sessões em 2015: 47
Média de processos por sessão: 36
Dia de reunião: 3ª, às 8h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7662



**8ª
Cível**

Presidente: **Francisco Darival Beserra Primo**
Processos julgados em 2015: 1.598
Sessões em 2015: 47
Média de processos por sessão: 34
Dia de reunião: 3ª, às 8h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7620 ou 7726



**1ª
Criminal**

Presidente: **Luiz Gerardo de Pontes Brígido**
Processos julgados em 2015: 2.525
Sessões em 2015: 50
Média de processos por sessão: 50
Dia de reunião: 3ª, às 13h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7914 ou 7534



**2ª
Criminal**

Presidente: **Haroldo Correia de Oliveira Máximo**
Processos julgados em 2015: 3.209
Sessões em 2015: 47
Média de processos por sessão: 68
Dia de reunião: 3ª, às 13h30min, no 2º andar do TJ
Telefone: (85) 3207.7540 ou 7542



Para viajar de cabeça tranquila

Mais de 1.200 autorizações de viagens e autorizações para emissão de passaportes foram emitidas pelo Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, no ano passado. Essas são medidas necessárias quando menores de 18 anos vão viajar desacompanhados dos pais/parentes e quando os pais de um menor de 18 anos não podem comparecer juntos à sede da Polícia Federal.

Das 908 autorizações de viagens expedidas em 2015 inteiro, 577 foram para destinos internacionais e 331 para rotas nacionais. Em viagens nacionais, elas são exigidas quando menores de 12 anos forem viajar desacompanhados dos pais ou de parentes (avós, bisavós, tios, sobrinhos e irmãos) com parentesco comprovado e responsáveis maiores de 18 anos. O acompanhante precisa ainda de

permissão com firma reconhecida assinada pelo pai, mãe, guardião ou tutor da criança.

Quando menores de 18 anos que viajam com os pais, um dos genitores (sendo autorizado pelo outro com firma reconhecida) e maiores autorizados pelos pais (também com firma reconhecida), a autorização para viagem internacional é dispensável. Nos demais casos, é preciso autorização judicial.

No tocante às autorizações para emissão de passaportes, o Fórum emitiu 308 documentos. A autorização é necessária quando os pais de um menor de 18 anos não podem comparecer juntos à sede da PF.

Para solicitar, é preciso que o pai, a mãe ou um responsável pelo menor (portando procuração dos pais) procure o Setor de Autorização de Viagens do Fórum com os documentos de identidade de ambos.

O prazo máximo para a emissão do ofício é de um dia útil.

No local, também são concedidas autorizações para retiradas de outros documentos relacionados a crianças e adolescentes. Entre eles: registro de nascimento, carteira de identidade e CPF, além de autorizações para participações em eventos.

SERVIÇO

Setor de Autorização de Viagens do Fórum
Onde: rua desembargador Florindo B. Magalhães, nº 100, no bairro Água Fria, em Fortaleza
Telefone: (85) 3488.6002

MEDIAÇÕES GANHAM MAIS ESPAÇO

Três novas salas foram anexadas ao Centro de Solução de Conflitos do Fórum de Fortaleza. Uma reestruturação necessária para atender às novas demandas da Lei de Mediação e do novo CPC

Tão logo os trabalhos do Judiciário cearense retornaram em janeiro após o recesso forense de dezembro do ano passado, a política de mediação de demandas foi reforçada no Fórum Clóvis Beviláqua. Agora, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Fortaleza (Cejusc) conta com mais três novas salas para a realização de audiências de conciliação. Antes, o espaço era utilizado pelas Varas da Fazenda Pública.

A expansão foi pensada como forma de atender às novas demandas de audiência de conciliação criadas a partir da Lei da Mediação e do novo Código de Processo Civil (CPC) brasileiro.

Conforme o supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJCE, desembargador Francisco Gladysen Pontes, a reestruturação do Centro é fundamental para que se



Desembargador Francisco Gladysen Pontes

consiga efetivar o que determinam as novas leis. Ele explica: “atender às diretrizes significa dar condições de trabalho aos juízes de primeiro grau.”

Ainda conforme o magistrado, após reestruturar o Cejusc no Fórum de Fortaleza, a intenção da atual administração do Judiciário cearense é implantar novos núcleos de mediação em parceria com universidades. “A gente tem que ser criativo para desafogar as varas, sobretudo, através da mediação”, enfatiza.

700 CASOS POR DIA

O novo CPC brasileiro tem previsão de entrar em vigor na segunda quinzena de março deste ano. E é claro ao determinar que: ao receber a petição inicial, não sendo caso de indeferimento, o juiz deve, obrigatoriamente, remeter o processo à conciliação.

Somente essa exigência deve fazer com que a média de processos aptos à conciliação no Fórum de Fortaleza chegue, por dia, a 700, de acordo com a coordenadora do Cejusc, juíza Natália Almino Gondim.

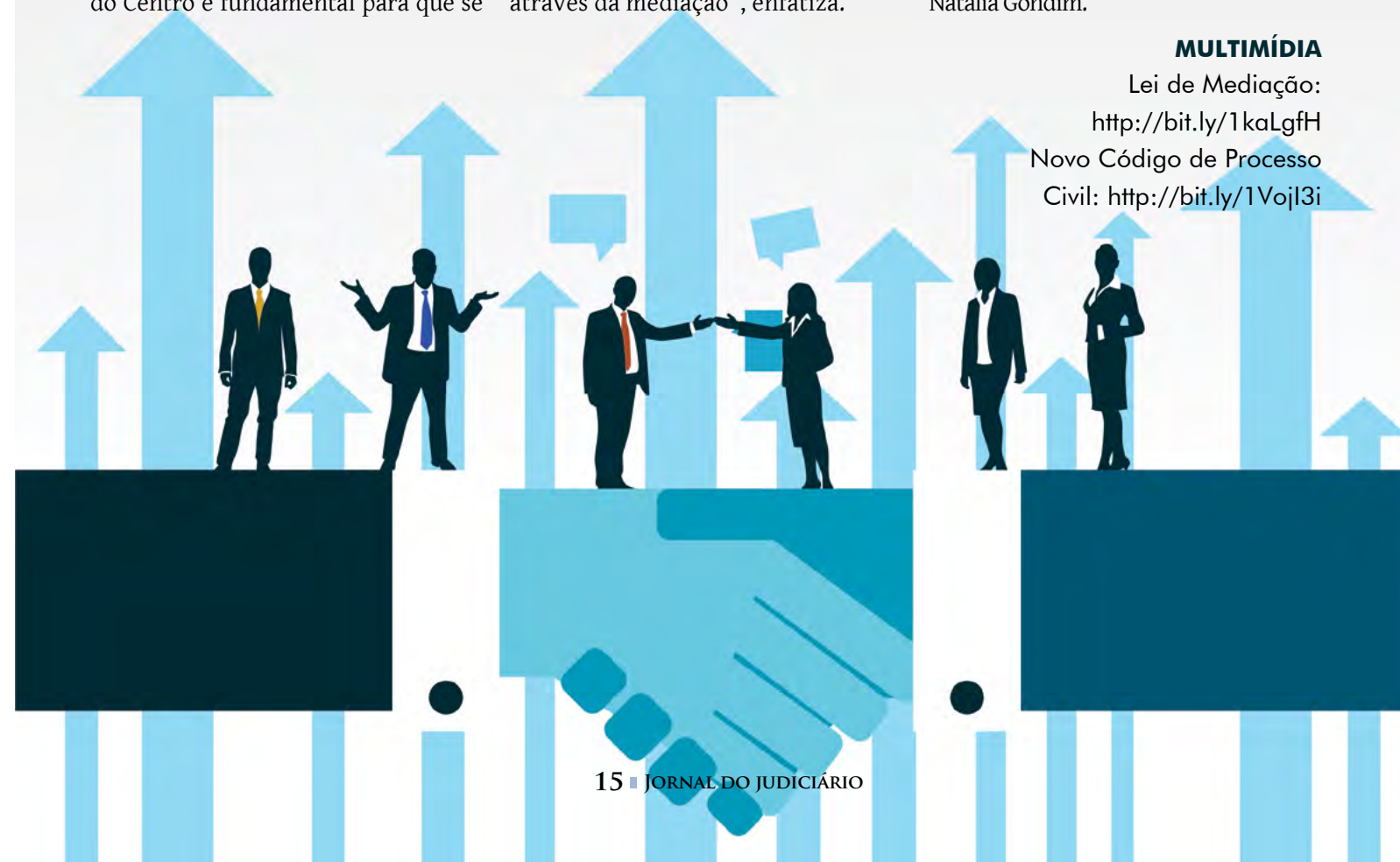
A ideia é que o Cejusc foque, inicialmente, nas Varas de Família. Porém, no futuro, espera-se que o Centro Judiciário consiga absorver toda a demanda de audiência de mediação do Fórum. “A gente precisa mudar a cultura de judicialização no Brasil. Não se pode transformar tudo em briga judicial. A gente quer ensinar as pessoas a conversarem, a dialogarem”, destaca Natália Gondim.

MULTIMÍDIA

Lei de Mediação:

<http://bit.ly/1kaLgfH>

Novo Código de Processo Civil: <http://bit.ly/1Vojl3i>



O MELHOR RESULTADO EM TRÊS ANOS!

Leilões e partilhas aumentam 25% de 2014 para 2015. E a expectativa é de que 2016 supere a marca do ano passado

O Judiciário cearense não obtinha desde 2012 um resultado tão positivo na realização de leilões e partilhas quanto no ano passado. Em 2015, o Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, promoveu 31 leilões e 82 partilhas. O índice é 25% superior ao registrado em 2014, quando aconteceram 18 leilões e 72 partilhas.

Se analisadas as duas categorias isoladamente, o aumento dos leilões foi mais expressivo. Cresceu 72% de um ano para o outro, enquanto as partilhas subiram 12,5%. “Nós conseguimos produzir ótimos resultados no ano passado mesmo com a grande demanda e uma equipe limitada numericamente. Esperamos que esse ano seja ainda melhor”, avalia Nice Ana Guimarães, servidora da Seção de Partilhas e Leilões da Comarca de Fortaleza.

Leilões e partilhas têm objetivos distintos. O leilão é feito para oferecer e vender publicamente os bens de um devedor a interessado que arrematar pelo maior valor. Assim, o credor recebe em dinheiro o seu crédito. Os bens só vão a leilão se tiverem sido penhorados e devidamente avaliados pela Justiça.

Já a partilha de bens é executada por um partidor judicial. Nos processos de inventário em que ao menos um herdeiro é incapaz ou que não existe um acordo entre os beneficiários, o partidor faz a divisão dos bens da herança.

Para assistir a um leilão no Fórum, basta acompanhar as publicações no Diário da Justiça ou em um jornal de grande circulação. Porém, só podem participar efetivamente (dar lances) maiores de 18 anos ou pessoas jurídicas regularmente constituídas e registradas.



SUGESTÃO CULTURAL



João Pinheiro Júnior
Diretor da Divisão de Gestão
do Conhecimento da Seplag

O álbum “Ghost Stories - Live 2014” da Banda Coldplay foi gravado em Los Angeles, nos Estados Unidos. O show contou com uma produção inovadora, com um palco de 360 graus e projeção no teto. A apresentação foi realizada para uma pequena quantidade de fãs e teve como destaque a música “Magic.”



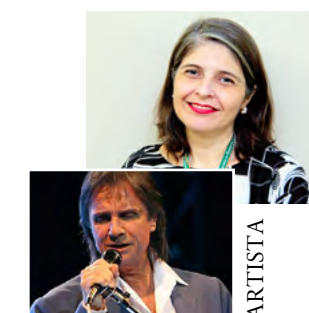
Alzira Barreira
Jornalista da Assessoria de
Comunicação do TJCE

O enredo acontece em três continentes. Conta a história de uma garota chamada Hana e sua família na Tchecoslováquia (hoje República Tcheca), fala de uma jovem e um grupo de crianças no Japão, e de um homem no Canadá. “É uma dica para os pais fazerem com seus filhos. O livro sensibiliza as crianças sobre a intolerância e as diferenças”.



Makson da Costa dos Santos
Técnico da Secretaria da
Informação do TJCE

A série americana conta a história do professor de química Walter White, que trabalha em uma escola no Novo México. Quando descobre que tem um câncer incurável, ele resolve usar sua experiência como químico para produzir e comercializar uma droga sintética. Os negócios aumentam e ele acaba colocando a família em perigo. A série tem 5 temporadas.



Danielle Araripe
Funcionária do Setor de
Distribuição do TJCE

Danielle diz que as músicas do “Rei” lembram sua avó. “Ela era fã do Roberto Carlos e, por esse motivo, diariamente ouvimos os Lps dele. Aprendi a gostar das músicas e a admirá-lo”. Ela também fala que algumas das obras do cantor “marcaram momentos importantes da minha vida.”